

VII
CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
de História da Educação



Amorim de Carvalho: Um olhar sobre o ensino e a educação em Portugal no segundo quartel do século XX.

Artur Manso

Universidade do Minho – IEP. Portugal ~ amanso@iep.uminho.pt

EIXO 1 – Circulação de ideias, discursos e modelos educativos: manuais, imprensa e iconografia.

1.

Na presente comunicação abordarei a participação, sobre as questões educativas, na imprensa portuguesa de Amorim de Carvalho (Porto 1904/Paris 1976) - poeta, filósofo e ensaísta cuja inteligência e autodidactismo lhe permitiram construir uma obra singular que culminou, em 1970, com a obtenção do grau de Doutor na prestigiada Universidade de Sorbonne – França, com a tese intitulada *De la connaissance en général à la connaissance esthétique*.

Os textos agora analisados foram publicados em *O Jornal de Estarreja* e *O Jornal de Cambra*, cujo proprietário era o mesmo, assinados por José Caldas Amorim de Carvalho, datam da segunda metade do ano de 1932 e dos primeiros meses do ano seguinte e centram a atenção do seu autor na educação básica portuguesa e sua extensão à população adulta analfabeta.

Nestes escritos, Amorim de Carvalho defende para todos os cidadãos o direito inalienável à instrução e à cultura, considerando-as como impulsionadoras do progresso dos povos e mostra-se, ainda, um acérrimo defensor da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, bem como da sua extensão aos adultos analfabetos. Neles, também se pronuncia contra o encerramento das Universidades oficiais e inspirado nas universidades livres e populares, propõe a abertura de escolas dominicais para adultos. Reflectindo, ainda, sobre a duração e o conteúdo do ensino a ministrar, releva a necessidade de abrir pequenas bibliotecas um pouco por todo o lado, que, em seu entender, deveriam cumprir um duplo objectivo: contribuir para aumentar a instrução e promover o gosto pela leitura.

2.

Com esta série de textos Amorim de Carvalho procura responder à questão do analfabetismo reinante no início da década de trinta do século findo, que, pelos seus elevados números, deveria envergonhar os representantes da república que ao entrar na sua terceira década de existência continuava a não responder cabalmente a este grave problema que mantinha Portugal na cauda das nações mais prósperas de então. Convém realçar que à época já eram bastantes os países que tinham descoberto as virtudes de um investimento efectivo na alfabetização dos seus cidadãos.

Na reflexão que se propôs levar a cabo sobre a questão educativa em Portugal, o intelectual portuense começa por se interrogar sobre o que é ser analfabeto e, por isso, não poder partilhar por inteiro do universo cultural e civilizacional: “Vivendo das ideias que os livros espalham, ignorando os acontecimentos que os jornais relatam, de tudo não podendo ter senão um conhecimento oral e, muitas vezes, deturpado, tendenciosamente ou não, o analfabeto restringe, de tal modo, todo o seu mundo, que fica ensimesmado nos seus próprios egoísmos” (Carvalho, 1932a: 1).

Para que não restem dúvidas, Amorim acreditava que qualquer sistema educativo, para poder servir os homens na sua inteireza, tinha de contemplar a educação intelectual: “Se quisermos educar e formar o carácter, não podemos deixar de instruir e iluminar a inteligência” (ib.: 1). Fiel às leis do positivismo e evolucionismo, o autor portuense continuava a lembrar que aos indivíduos não bastava que os ajudassem a formar um bom carácter, pois este, sem uma instrução de base não se poderia solidificar. Nas suas palavras, para que cada um pudesse alcançar um adequado equilíbrio psicossocial, deveria ter-se em conta que “O sentido moral, longe de ser revelação interna, anterior a toda a experiência individual e ancestral, como pretende a Metafísica, é simplesmente um hábito hereditário, vivificado pela educação; e uma educação sólida deverá ter sempre por base a instrução” (ib.: 1). Assim, a educação ganhava um fundo preventivo, uma vez que Amorim de Carvalho, tal como muitos outros, estava convencido de que se a educação não ajudasse a consolidar as ideias do bem comum, então o bom funcionamento da sociedade seria posto em risco com maior frequência.

A ignorância era e continua a ser, a principal responsável pelo estado de atraso e de sujeição dos povos e dos indivíduos: “Só quem nunca tenha percorrido as nossas províncias, só quem nunca tenha convivido com as suas populações, não faz uma ideia da tremenda ignorância em que o povo vive, cheio das superstições que a mesma ignorância traz sempre consigo” (ib.: 1).

Como era habitual, em Portugal os políticos prometiam muito para realizar quase nada. Após a queda da monarquia, a nova classe dirigente propôs-se eliminar rapidamente o analfabetismo na sociedade portuguesa. Prometeu, mas não cumpriu. Nos anos que se sucederam a 1910, os ministros revezaram-se com uma frequência inusitada no Ministério da Instrução, tal como em todos os outros Ministérios. Mesmo recrutados no seio dos fiéis seguidores da república, a vaidade individual sobrepunha-se sempre ao serviço geral. Se um tinha lutado pela instauração de um ideário educativo, o seu sucessor propunha-se de imediato por tudo de lado e encetar uma reforma que pretendia mais moderna e consentânea com os superiores interesses da nação. Em consequência, a sucessão dos ministros era coroada com o esboroar de toda e qualquer ideia interessante para a reforma da educação. Por isso, Amorim tornava presente aos responsáveis pela educação que “Se uma nação é, sobretudo, o resultado dum conjunto de certas condições étnicas, históricas, linguísticas, etc., esse conjunto só poderá ser, porém, robustecido e ter a consciência da sua própria existência e do seu próprio valor, pela instrução e pela cultura. Só assim é que será possível um sentimento nítido da pátria” (ib.: 1). Para exemplificar esta convicção, dava o exemplo da Suíça que por um investimento adequado na educação do seu povo, tinha conseguido níveis de unidade e prosperidade invejáveis.

Um elevado nível de educação e respectiva instrução guindaria os homens para níveis de evolução superiores porque lhes inculcaria um maior sentido de dever e responsabilidade, bem como uma maior exigência em torno do aperfeiçoamento moral e da realização do bem comum. Mas, essencialmente, era pela educação que o povo aprenderia a ser livre e autónomo, dando forma a uma sociedade que gozasse plenamente da liberdade, ao contrário do que tinha acontecido durante séculos com os governos autoritários, que, impedindo o acesso dos povos à educação, os mantiveram sob uma escravatura mais ou menos velada. Era por isso que Amorim, ante as deficiências do poder político, lançava o repto: “Como terminou essa escravidão muitas

vezes secular? Com a proclamação dos *Direitos do Homem*, sim, mas, sobretudo, porque nesses direitos estava implícita uma das maiores e mais sagradas reivindicações – o direito da instrução, da parte dos indivíduos; o dever de instruir, da parte do Estado” (ib.: 1).

Em Portugal, nem as cartas dos direitos universais, nem as mudanças políticas, alteravam o desprezo que o poder oficial nutria pela educação do povo. Para os nossos políticos, bastava que a pequena minoria habituada a frequentar as nossas escolas, obtivesse nelas os respectivos diplomas para perpetuarem a tradição familiar e a continuação dos escóis. Ante este cenário da tragédia educativa e social, Amorim não se cansava de clamar: “Dêmos ao analfabeto a luz do espírito e teremos o homem capaz de compreender, capaz de discutir, capaz duma opinião, capaz de querer e capaz dum voto livre. É exactamente para conseguirem homens livres e conscientes, aptos a guiarem-se por si, que muitos países têm dedicado a maior percentagem dos seus tributos, a maior percentagem dos seus rendimentos e a maior parte dos seus esforços à causa da instrução” (ib.: 1).

Perante tamanha evidência, Amorim de forma pouco comum, não se coibia de aconselhar as autoridades políticas para que tomassem como assistencial, ao lado da economia, as questões da educação e da cultura: “Porque se não organizam, em todas as aldeias, por mais humildes que sejam, com o auxílio das entidades oficiais ou sem o seu auxílio mesmo, comissões promotoras de ensino, que enfrentem, com coragem, o problema cultural, abrindo escolas para ensinar, e abrindo bibliotecas rurais, modestas embora, para criar o gosto pela leitura?” (ib.: 1).

Seguidamente, então, na tentativa de ajudar a responder a estas questões, Amorim desenvolve as suas ideias para alertar quem de direito, a empenhar-se na urgente e necessária educação e instrução do povo português.

3.

Para começar a dar forma ao seu ideário Amorim pensava ser necessário que se instituissem Comissões ou Núcleos que tivessem como única missão promover o ensino e a instrução, com especial incidência no meio rural, para, assim, se poder aumentar a cultura de todos os cidadãos portugueses.

O pensador portuense atribuía um papel patriótico ao ensino e à educação, pensando mesmo que o ressurgimento nacional estaria directamente dependente do grau de ensino e educação a que era votado todo um povo. Por isso, considerava ser missão de todos, e não somente da administração central, promover o ensino e a instrução, pois o desleixo com que esta área da governação vinha sendo tratada ao longo dos tempos, tinha instalado entre os portugueses um grave e sério problema, de cuja resolução, em seu entender, estaria “...a solução, em parte, da nossa crise intelectual e da nossa crise moral” (Carvalho, 1932b: 1). Como a crise era colectiva, a sua solução não poderia deixar ninguém de fora. Todos seriam bem vindos à tarefa de educar e instruir o nosso povo. Se o Estado escandalosamente se demitia das suas tarefas de educar e instruir os seus cidadãos, mantendo-os propositadamente no limbo da ignorância, competia, então, que todos os indivíduos se lembrassem de que também eram cidadãos e por isso tinham a obrigação de zelar pela elevação moral dos seus concidadãos. Se o Estado teimava em não cumprir os seus deveres educativos, competia aos indivíduos com maior nível de educação disporem de todo o tempo livre para, pela educação e instrução, tornarem os seus semelhantes mais esclarecidos, críticos e capazes de interpretar o que se passava à sua volta.

Enquanto, em Portugal, o nível de escolaridade e instrução do povo fosse baixo, nenhum cidadão esclarecido tinha o direito de descansar. A ser assim, o nosso autor incitava os seus concidadãos mais esclarecidos e ilustrados para, depois dos afazeres diários, ou mesmo durante

as pausas semanais e as férias, por um interesse meramente altruístico e patriótico, engrossarem as Comissões e os Núcleos de educação e instrução do povo. Se assim fosse, com a boa vontade de quem se dispunha a ensinar e a aprender, poderia criar-se um sistema de ensino e educação paralelo àquele que incipientemente o governo da Nação ia alimentando.

Amorim tinha presente as boas experiências do ensino popular nos países do norte da Europa que tão bons frutos iam dando para o desenvolvimento dos mesmos, sem se esquecer, também, do esforço educativo e cultural encetado no início do século pelas Universidades Populares, que de certa maneira traduziam o sonho do seu fundador, o francês Georges Deherme (1870-1937). Entre nós, este projecto já tinha começado a ganhar forma no dealbar da república pela mão da *Renascença Portuguesa*, nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, mas também em outras mais modestas, como a Póvoa do Varzim ou Vila Real de Trás-os-Montes, continuando assim a alargar o mesmo desiderato educativo das anteriores universidades livres que anos antes já se tinham instalado entre nós. Contudo, as propostas de Amorim parecem ser mais ambiciosas, pois enquanto as Universidades Populares estavam mais empenhadas em aumentar a cultura geral ao operariado, o nosso autor apelava realmente para que se cumprisse a obrigatoriedade e universalidade do ensino básico. Como o estado caótico da instrução cada vez mais o exigia, deveria começar-se por "...encontrar o auxílio moral e material dos beneméritos locais [...] depois viria o auxílio das entidades oficiais, das leis e dos decretos protectores, porque seria injusto, porque seria, principalmente, absurdo que se deixasse estiolar ou que se desamparasse a obra começada de ressurgimento nacional" (ib.: 1).

O intelectual portuense apelava, assim, à organização civil em torno das questões educativas, para, desta forma, pressionar o Estado a olhar com outros olhos para a educação básica e a instrução do seu povo. Para si era evidente que se o Estado visse as comunidades empenhadas na melhoria das suas condições educativas, a que se juntaria a pressão daqueles que entre elas tinham maior estatuto e posição social, seria contagiado pelo fluxo reformador em torno da escolarização do seu povo. Este era um desiderato difícil e Amorim sabia-o bem. O indivíduo português, por inércia e egoísmo, não era, nem é, muito propenso ao trabalho em comum. Dificilmente chega a acordos e facilmente se exclui de uma empenhada participação no destino colectivo. Apesar de todas as dificuldades que era preciso vencer, Amorim mantinha uma esperança inusitada no Homem português, acreditando piamente que não haveria sítio "...por mais recôndito e humilde que seja, em que não existam almas capazes de tão nobre apostolado, em prol duma ideia generosa e grandemente humana como a de instruir e iluminar os que carecem de instrução e de luz" (ib.: 1). Em seu entender, para tanto, só seria preciso "...que o primeiro acto se realize e vinque o primeiro passo, e ele não tardará a ser imitado e continuado" (ib.: 1).

Amorim percebia ainda que para um programa de alfabetização surtir efeito, tinha de se adequar ao meio em que se desejasse por em prática: "Nas cidades e centros populacionais mais importantes, os processos implicariam mais fortes organizações. Nos meios rurais [...] onde maior é a ignorância e onde mais se sente a necessidade de instruir, as comissões teriam de tomar em consideração a vida, as condições económicas, os labores, os costumes e a índole das populações, empreendendo os trabalhos de modo a suscitar interesse e curiosidade da parte dos beneficiados" (ib.: 1).

Tendo, então, em conta a diferença dos públicos, Amorim apontava seis bases comuns em que deveria assentar todo e qualquer esforço no sentido de alfabetizar a totalidade do país: "1º Uma vigilância austera para que o ensino primário, obrigatório e gratuito, seja em toda a parte e para todos, uma realidade;

2º Criação de aulas nocturnas para adultos, que terão de ser temporárias. Isto é, que terão de funcionar na época em que os trabalhos do campo tomam menos tempo;

3º Criação de escolas dominicais ministrando conhecimentos técnicos e gerais, espécies de pequeninas Universidades Livres onde não falem palestras educativas;

4º Organização de bibliotecas apropriadas ao 'meio', facilitando e expandindo a leitura;

5º Destruição de toda a espécie de superstições incrustadas e radicadas pelo tempo e pela ignorância no espírito do povo;

6º Apelo, finalmente, à boa vontade de todos para o favorecimento e cooperação moral e material, dentro das possibilidades de cada um" (ib.: 1).

Era assim que Amorim traçava as bases para a educação do povo com o fim ambicioso de ver ressurgir a grandeza da nação portuguesa. Bases simples, mas que precisavam, ainda, de ser harmonizadas entre si para surtirem os efeitos esperados. É justamente essa harmonização que o autor portuense procura ao longo do próximo artigo que dedicou a este tema.

4.

Para dar forma aos seus intentos, Amorim adopta o ideário proposto pelo Barão e Visconde Louis Marie de Lahaye Cormenin (1788-1868), juriconsulto, publicista e político francês que teve contacto com o meio rural, do qual tinha um excelente conhecimento e onde disseminou diversas ideias para o desenvolvimento cultural das pessoas que aí viviam.

Amorim, distinguindo claramente as duas realidades diferentes, o meio urbano mais esclarecido e polido e o meio rural mais dominado pela superstição, o obscurantismo e a bruteza, tinha concluído ser necessário adaptar os princípios da educação ao estado de desenvolvimento sócio-cultural do meio em causa: "Como pode um povo que não sabe ler, ter a compreensão dos seus deveres sociais? Como pode um povo que não sabe ler, apesar de contido pelo temor religioso, ser, embora na sua simplicidade, elevado nos seus costumes?" (Carvalho, 1932c: 1). Era com amargura que constata a desigualdade educativa do nosso povo, dizendo-nos que este era "...um país de doutores e de analfabetos. A média cultura, aquela que corresponda às necessidades gerais da vida social, que prepare o homem e lhe dê uma posição independente e dignificante na sociedade, essa é desprezada de uma maneira deplorável, e é ela, contudo, o que mais levanta o nível moral e mental de um país" (ib.: 1).

De forma lúcida, Amorim via neste fosso enorme entre os poucos que tinham uma educação superior e constituíam as elites que governavam o país e a enorme massa analfabeta que compunha o povo, um entrave à realização plena de uma vida democrática. Mas mesmo assim, ao contrário de tantos outros, deixava bem vincado: "Longe de mim a ideia de encerrar as Universidades. O que eu quero frisar bem é que, hoje, o problema mais importante ainda é o do ensino primário. Em vez de uma elite, que só leva à oligarquia, conduzindo um povo embrutecido e cego, é preciso um povo que saiba o que quer e para onde vai, que por si mesmo se possa guiar..." (ib.: 1). Porventura, as Universidades não cumpriam o seu papel, mas, em seu entender, pior seria prescindir delas e, em consequência, deixar de ter quadros superiores com alguma formação. Desta forma apenas se diminuiria o sentido pátrio, pois de uma maneira ou de outra, os quadros superiores seriam precisos para a administração do país e se não fosse possível formá-los nas nossas escolas, o Estado providenciaria a sua formação lá fora, o que contribuiria para o aumento da importação da cultura estrangeira. Ou seja, com o fecho das Universidades, em seu entender, aumentar-se-ia a importação de modelos estrangeirados, a qual já nos era tão nefasta.

Na opinião de Amorim, era preciso "...uma escola para cada lugar [...] que em cada lugar o professor exerça a mais severa vigilância, para que o ensino primário, obrigatório e gratuito,

não seja a eterna mentira [...] nas aldeias essa vigilância é tanto de maior necessidade quanto é verdade que, a cada passo, os pais negam aos filhos a instrução sob pretexto de que necessitam deles para os trabalhos do campo” (ib.: 1). Por isso mesmo, ainda no seu entender, não haveria possibilidade de alterar o estado das coisas e acreditar que a escolarização passaria a ser uma realidade efectiva, enquanto não se procedesse, antes de tudo, a uma verdadeira educação das populações mais adultas. Sem elas se capacitarem da urgência e da necessidade da instrução de todos, não seriam sensíveis a instigarem os seus filhos para os reais benefícios da frequência escolar: “...o ensino nas aldeias implica a urgência de instruir e educar os adultos, incutindo-lhes no espírito, pela própria cultura, a ideia de benefício que essa mesma cultura possa trazer, também, a seus filhos” (ib.: 1).

Era, então, necessário criar as condições para uma séria educação das pessoas adultas do mundo rural. O veículo do conhecimento, poderia, desde que remunerado convenientemente, ser o professor que se encarregava da educação das crianças. O espaço físico poderia ser o mesmo local onde já funcionasse a escola oficial, que de dia acolheria as crianças e à noite receberia os adultos. O período a considerar para a administração deste ensino, seria o de Inverno, onde os afazeres rurais eram mais escassos, os dias mais pequenos e as noites mais longas, garantindo aos adultos uma maior disponibilidade para frequentar a escola.

Os Domingos, eram também dias em que o edifício escolar estaria livre e, em conjugação com o cumprimento do descanso semanal pelos trabalhadores, se tornava uma ótima altura para estes terem aulas complementares, juntamente com os mais novos: “Acabada que fosse a missa, o professor lhes abria a escola por uma hora e meia. O próprio páraço, na sua prática habitual, fazia a propaganda dessas aulas complementares que seriam úteis a todos” (ib.: 1). As tarefas a desempenhar nos períodos educativos complementares que ocorreriam aos domingos, não seriam o ensinar a ler, escrever e contar, antes se optando por difundir “...ensinamentos técnicos e gerais. Seriam até convidadas as pessoas mais instruídas do lugar, que, gratuitamente, prestariam a sua colaboração, fazendo conferências [...] que desenvolveriam uma certa actividade intelectual no meio mais culto da terra” (ib.: 1).

O periódico e o local em que Amorim de Carvalho inseria as suas reflexões sobre a reforma educativa não deixava de se revestir de efectivo significado pedagógico, pois, pese embora o esforço educativo devesse ser um desiderato nacional, era no mundo rural que a situação se tornava mais preocupante. A ser assim, o intelectual portuense achava “...que fazer a propaganda na própria província, por intermédio da sua imprensa, é tocar mais de perto o mal que é preciso curar, e para o qual existem, à mão e sem dispêndio algum, os principais remédios” (ib.: 1).

E para não deixar a tarefa a meio, no artigo seguinte, Amorim apresenta um plano geral para as aulas complementares e para as conferências.

5.

Depois de esclarecer o que pretendia com as aulas dominicais para que apelava, bem como sobre o alto valor educativo das conferências, chegava, agora, a altura de se pronunciar sobre os temas que se deveriam tratar nesses espaços, sempre no sentido de primeiramente poderem “...corrigir os defeitos morais e mentais do povo aldeão, esforçando-se por lhe dar uma orientação que o preparasse para a luta pela vida, por lhe criar uma compreensão mais clara, mais ampla, mais humana, dos seus deveres e dos seus direitos sociais” (Carvalho, 1932d: 1).

Amorim de Carvalho transportava a lei da evolução para o sistema de educação. O elenco das disciplinas que aconselhava a serem leccionadas, é o seguinte: *Ensino Técnico*, que se adequasse às necessidades e especificidades do meio (agrícolas, industriais, de serviços...), que fosse direccionado para o saber e o saber fazer e que aproveitasse os novos métodos de

produção, distribuição ou compra; *Assuntos Gramaticais*, por entender que a especificidade de um povo lhe é dada pela sua língua, vínculo de união e solidariedade entre todos, com o qual se fortalece o sentido de pertença. Desta forma, para Amorim de Carvalho o domínio razoável da língua era mais que uma simples necessidade de cumprimento dos requisitos de alfabetização; *Moral Prática*, que serviria para inculcar em cada um a noção do dever e a aceitação das condutas sociais indispensáveis a uma boa harmonia social. Meditando sobre as boas práticas e as rectas condutas de algumas figuras de reconhecido mérito nacional e internacional, poderia cada um vir a ser melhor e ajudar os outros a tornarem-se melhores. A moral proposta por Amorim de Carvalho era uma moral de princípios absolutos, mas laica, sem, contudo, deixar de reconhecer que as prescrições religiosas em torno da moral, beneficiavam decisivamente o comportamento e o relacionamento individual e colectivo; *Higiene*, numa altura em que o país era essencialmente agrícola e analfabeto, impunha-se-lhe como fundamental o domínio deste saber, por ser necessário tornar mais salubres as condições de vida das pessoas, pois em meio rural a água canalizada e os esgotos eram uma miragem, situação que se agravava quando nas deficientes habitações, residiam, conjuntamente, as pessoas e os animais e o asseio corporal era uma prática remota; *Medicina Prática*, reforçando como essencial o recurso de todos a um sistema, ainda que primário, de cuidados de saúde, em vez de, como era comum à época, substituir esses cuidados, pelas consultas regulares aos curandeiros e “bruxos” que se encontravam espalhados um pouco por todo o lado; *Ciências Naturais*, apelando a que se ensinasse, com o recurso às leis da ciência, factores tão ligados ao imaginário dos povos e para os quais se forneciam explicações quase sempre do domínio do fantástico, como acontecia com os fogos fátuos, o arco íris ou as trovoadas. Desta forma, em primeiro lugar, competia que aquilo que se ensinasse no domínio da ciência servisse para destruir as superstições e as crenças enraizadas de geração em geração; *Assuntos Históricos, Geográficos e Etnográficos*, neste apartado, Amorim colocava a difusão de conhecimentos básicos que levasse cada um a formar uma consciência sobre as etapas decisivas da evolução histórica de Portugal e do mundo, a tomar contacto com os feitos e os defeitos daqueles que mais se evidenciaram na condução dos povos, a reconhecer os diferentes caracteres de povos e civilizações bem como as especificidades de clima e relevo; *Educação Cívica*, assumida claramente como uma educação para a autonomia e a participação, valorizando a formação individual e a responsabilidade colectiva de cada cidadão que se deveria impor pela real participação na polis, sempre num espírito de colaboração e respeito absoluto pelo regime democrático que Amorim assumia como o único que realmente traduzia o natural movimento da evolução dos povos (cf. ib.: 1).

A formação do homem crítico, livre e consciente é de facto o objectivo principal da soma dos conhecimentos que Amorim achava ser necessário dispensar às populações mais desprezadas, que na altura era maioritária em Portugal. São suas as seguintes interrogações que resumem o essencial da sua demanda pela educação do povo: “Pode haver segunda intenção em declarar que é preciso formar o cidadão livre e consciente? [...] será isto prejudicial ou proveitoso para um país? Será bom, ou não, que um país seja constituído por homens livres e conscientes, por homens que tenham a compreensão dos seus direitos e dos seus deveres, que saibam o que querem, que saibam o que fazem, e que saibam distinguir entre o que lhes convém e o que lhes é nocivo?” (ib.: 1).

6.

Na assunção do princípio humanista que perpassa a sua labuta em torno da educação popular, Amorim de Carvalho reservou por inteiro um artigo para tratar das bibliotecas e do seu papel de charneira no esforço de difusão da cultura e do saber, encarando-as, neste esquema como “...o lógico remate do programa elaborado pelas comissões locais promotoras do ensino” (cf. Carvalho, 1933a: 1).

O nosso autor desejava que estas bibliotecas, mesmo que num primeiro momento fossem modestas, se encontrassem espalhadas um pouco por todo o país e contassem, nos seus espólios, com o material mínimo que permitisse alcançar os objectivos do programa anteriormente traçado. Seriam, assim, um auxiliar precioso para aqueles que, frequentando ou não os programas do ensino popular, se interessassem por aprender e saber mais. Mas elas teriam, ainda, de responder às necessidades lúdicas das populações, disponibilizando e emprestando aos leitores interessados, narrativas, poesia, revistas...: “À parte mesmo do desenvolvimento das faculdades estéticas que daqui resultaria, devemos atender a que o gosto pela leitura, qualquer que ela fosse, implicaria já um grande passo para a cultura que se tinha em vista e, muito especialmente, para a extinção do analfabetismo” (ib.: 1).

De uma forma algo romântica, Amorim percebendo a dura condição daqueles que no campo trabalhavam e dele tiravam o seu sustento, acreditava que se o acesso às bibliotecas e ao seu conteúdo não requeresse grande dispêndio de energia e se elas, ante todas as contingências, conseguissem renovar periodicamente o seu stock, mesmo que fosse com o recurso à permuta entre umas e outras, então “...findos os trabalhos agrícolas, as horas de descanso e as longas noites de Inverno seriam aproveitadas em amena e instrutiva leitura, ao redor da lareira” (ib.: 1).

O nosso autor via na grande predominância que a Igreja tinha na educação do povo português um real obstáculo à disseminação do ideário de educação popular que defendia. Achava que o temor e tremor nem melhoravam o indivíduo, nem faziam progredir os povos. Antes pelo contrário: o medo e a submissão eram propiciadores da ignorância e do embrutecimento individual e colectivo.

Mesmo nos rudimentos em que assentam as suas ideias sobre a educação popular, Amorim não concebia que esse ideário rejeitasse o poder da ciência e, particularmente, seguisse os seus ditames. A ciência, para si, era a bússola do progresso e todos os povos tinham o dever de seguir os seus enunciados. A educação por que clamava “...tem de ser científica, tem de ser feita por meio da instrução”, ao invés do que vinha sendo feito “...apenas, dentro da ignorância e do temor religioso...”, pois “O temor religioso não basta. Melhor ainda: esmaga e atrofia” (ib.: 1). A educação estritamente religiosa entopia os indivíduos com preconceitos e ideias feitas, domando-os a uma ordem de valores exteriores e à aceitação passiva de uma rotina social. Ela repetia a tradição e a rotina, ao mesmo tempo que inibia a liberdade e o espírito crítico. Em seu entender, esta educação religiosa formava rebanhos em vez de libertar homens.

A obra de Guyau *L'Irreligion de l'avenir*, servia a Amorim para contestar os princípios da educação religiosa e acompanhando o mesmo autor, não se opunha ao sentimento religioso de cada um. Na linha positivista não admitia qualquer interferência religiosa na organização do dia a dia da sociedade, mas nada obstava àqueles que na vida privada se orientassem pelo sentimento religioso: “A cultura científica não mata, portanto, a crença, se o homem sentir a sua necessidade espiritual. Não a destrói, eleva-a. em vez de o encaminhar para o Bem na mira interesseira dum recompensa depois da morte, encaminha-o para o Bem apenas pela sua própria compreensão dentro da vida, e pela fascinação exercida por esse Bem sinceramente compreendido” (ib.: 1).

A instrução e a cultura são os catapultadores do Estado para elevados níveis de progresso, potenciando em cada um aquilo que tem de melhor, ao mesmo tempo que o insere no fluxo da sociedade e na evolução da humanidade. A educação e o progresso caminhavam lado a lado e como a ciência mostrava, quanto maior fosse a educação de um povo, maior seria a prosperidade da sociedade que esse povo constituísse.

Mesmo discordando dos princípios em que a Igreja, com o recurso à religião, queria educar o povo, não deixava de considerar como essencial o sentimento religioso na vida de cada

um. A religião, vivida de forma consciente e particular, era uma estrutura da sociedade que beneficiaria o seu progresso. De certo modo, a religião era uma parte essencial da cultura e por isso não deveria ser desprezada. A moral laica, beneficiaria mesmo de muitos ensinamentos de cariz estritamente religioso.

Contudo, para Amorim de Carvalho, o essencial para um povo e neste caso para o povo português, era a educação e a cultura, totalmente despidas de preconceitos e ideologias: “Sem a instrução e sem a cultura, continuamos a ter o egoísmo, a opressão e a maldade sobre a terra; com a luz da instrução, com a claridade da cultura, veremos surgir o verdadeiro cidadão, cômico dos seus deveres e dos seus direitos, a verdadeira liberdade que não oprime a liberdade dos outros, e, simultaneamente, as mais belas, as mais convictas aspirações de solidariedade humana” (ib.: 1).

A cultura de que falava o autor era o somatório de todas as actividades humanas que elevassem o indivíduo e a sociedade para o grau máximo de perfeição. Deste somatório, naturalmente, também fazia parte a religião: “A filosofia, a moral, a arte e a religião tocam-se na sua forma superior. Na compreensão do equilíbrio assombroso das leis universais, no sentimento duma cooperação moral de todos os seres, na contemplação mística da beleza, há um princípio de religião” (Carvalho, 1933b: 2). Ou seja, a totalidade da vida humana é perfectiva e, sem excepção, todos os conhecimentos contribuem para essa perfectibilidade.

7.

Esta é mais uma proposta de educação popular que surgiu em Portugal ainda na primeira metade do século XX. De facto, de cariz mais ou menos político, muitos foram os contributos para o desenho da instrução popular do nosso povo. No caso presente, Amorim, pese embora venha a ter uma carreira intelectual bastante preenchida, não voltou a dedicar um espaço tão alargado às questões do ensino e da educação.

Porventura devido ao seu próprio percurso escolar, que, do ponto de vista formal, foi bastante irregular, o conjunto das suas propostas é realista e visa colmatar a falta de educação e instrução do povo português, ligando-se ao essencial das aprendizagens e tudo fazendo para congregar os esforços que, na altura, a nível local, quisessem contribuir para a elevação intelectual e moral das populações. É, assim, um programa educativo bastante mais flexível e abrangente que aqueles que, por exemplo, os promotores das universidades livres e das universidades populares tinham apresentado.

É, acima de tudo, uma proposta democrática que sem desconhecer as reais causas do atraso educativo que grassava entre nós, bem como o manifesto desinteresse político manifestado ante este fenómeno, não deixava ninguém de fora do plano de educação que ia traçando. Ante o desinteresse que os responsáveis políticos continuavam a revelar face à cada vez mais premente necessidade de educar o povo, Amorim soube apelar, àqueles que mais sabiam, para que dedicassem, de forma graciosa, parte do seu tempo livre, no sentido de escolarizar e educar os seus concidadãos, elaborando um plano de frequência dos módulos de aprendizagem de acordo com as reais possibilidades daqueles a quem se destinavam. Ainda, na altura, viu de forma supletiva, na organização de boas bibliotecas, a ferramenta adequada para fazer, de uma maneira mais simples, circular o conhecimento e a informação.

Não restam dúvidas de que Portugal, ao longo da sua história, pouco ou nada beneficiou com a educação e instrução popular, talvez porque no século XVI, como aconteceu aos países do norte da Europa não se reformou e atrasou-se na universalização da escolarização que se viria a iniciar nesses espaços. Ainda neste contexto, a contra-reforma, nomeadamente os seus principais executores, os jesuítas, em Portugal foram vistos com muita desconfiança, sendo, mais que uma vez, expulsos do nosso território.

Para rematar o efectivo desinteresse e desinvestimento na escolarização do nosso povo durante o século XIX, quando a educação e a instrução eram uma das fortes bases do surgimento e fortalecimento dos Estados-nação, Portugal, devido à secular unidade e solidez do seu território, continuou a desprezar o desiderato educativo.

Bibliografia de Amorim de Carvalho:

“Necessidade de instruir” (16 de Junho de 1932a), *in O Jornal de Estarreja*, p. 1.

“Necessidade de instruir II. As Comissões ou núcleos promotores de ensino e a instrução nas aldeias” (9 de Julho de 1932b), *in O Jornal de Estarreja*, p. 1.

“Necessidade de instruir III. Ensino primário e aulas para adultos. Desenvolvimento cultural pelas aulas complementares” (17 de Agosto de 1932c), *in O Jornal de Estarreja*, p. 1.

“Necessidade de instruir IV. Plano geral das aulas complementares e das conferências”, (20 de Outubro de 1932d), *in O Jornal de Estarreja*, p. 1.

“Necessidade de instruir V” (5 de Janeiro de 1933a), *in O Jornal de Estarreja*, p. 1.

“Necessidade de instruir VI. Resposta a alguns ‘reparos’” (20 de Janeiro de 1933b), *in O Jornal de Cambra*, p. 2.